



Câmara dos Deputados

Gabinete da Deputada Federal **Rita Camata** - PMDB/ES

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO N.º , DE 2009
(Da Sr.ª Rita Camata)

Solicita seja realizada audiência pública para debater a PEC 233/2008 (Reforma Tributária) no que se refere à revogação de dispositivos constitucionais que tratam do financiamento das políticas sociais.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Educação e Cultura para debater a PEC 233/2008 (Reforma Tributária) no que se refere a revogação de dispositivos constitucionais que tratam do financiamento das políticas sociais – saúde, educação, previdência e assistência social.

No dia 17 de abril de 2008, por requerimento de minha autoria, esta Comissão promoveu audiência pública para debater o tema. Foram ouvidos o Sr. Bernard Appy (Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda); o Sr. Fernando Gaiger Silveira (Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA); o Sr. Elias Antonio Jorge (Diretor de Programas da Área de Economia da Saúde e Desenvolvimento do Ministério da Saúde); e o Sr. Fernando Antonio Rezende da Silva (Professor da Fundação Getúlio Vargas – FGV).

Na ocasião o debate estava sendo iniciado na Comissão Especial e não havia um texto substitutivo aprovado. Hoje vários setores da sociedade civil organizada se mobilizam para que não haja retrocessos no financiamento das áreas sociais garantidos pela Constituição Federal por meio de fontes específicas. Neste sentido é fundamental que esta Comissão promova novo debate para que não se desmonte um dos dispositivos mais avançados de nossa Constituição sem



Câmara dos Deputados

Gabinete da Deputada Federal Rita Camata - PMDB/ES

o devido aprofundamento das discussões. Para tanto indico os seguintes convidados:

1. Deputado Sandro Mabel;
2. CONASS – Conselho Nacional de Secretários de Saúde;
3. GOPSS - Grupo de Estudos e Pesquisas do Orçamento Público e da
Seguridade Social da UERJ;
4. INESC- Instituto de Estudos Socioeconômicos;
5. IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;
6. ANFIP – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita
Federal.

Sala da Comissão, em 04 de Março de 2009.

Deputada RITA CAMATA
PMDB/ES